



## Mulher para toda obra

**Q**UANDO estuda a história de quando estuda a sociedade do século XVIII, a historiografia brasileira sempre pareceu mais preocupada com a condição das Minas Gerais do que com a condição social e de vida da população que proporcionava aquela riqueza. Poucos foram os cientistas sociais que tiveram a sensibilidade de examinar a miséria e a pobreza tão fortemente representadas nesta região do Brasil, preocupação ainda menor quando se trata de estudar a condição feminina e suas formas de resistência, objeto principal do pesquisador e professor Luciano Figueiredo em *O avesso da memória*.

Só o fato de ler a *mulher pobre* como objeto de estudo, este livro se torna referência obrigatória em seminários e salas de aula onde as discussões converjiam para temas como prostituição, comércio e trabalho feminino, desordem social, vida familiar, universo religioso e resistência. Com base em farta documentação recolhida em arquivos mineiros e até no Rio de Janeiro, o trabalho do autor nos fascina com sua persistente tarefa de reconstrução do passado a partir de informações obdidas em inúmeras séries documentais manuscritas, relatos de cronistas, viajantes e poetas, memórias e documentos legislativos que, na sua grande maioria, foram outrora escritos para atender a outras finalidades.

Luciano Figueiredo inicia seu trabalho com a análise do comércio nas Minas Gerais durante o século XVIII, onde a presença das mulheres dedicadas a tal atividade não é uma singularidade. Busca as origens dessa atividade em Portugal,

demonstrando que a presença de mulheres no comércio representou a transposição para a colônia da divisão de papéis sexuais vigentes na metrópole.

O desenvolvimento da mineração na capitania das Minas Gerais atraiu grande número de pessoas, garantindo a formação de um amplo mercado nos quadros da economia colonial, resultante da convergência de diversos produtos de outros pontos da colônia e da metrópole,

gerando pontos de distribuição, como lojas e vendas. As lojas eram grandes estabelecimentos comerciais, geralmente sob administração de portugueses, situadas em centros urbanos; as vendas constituíam-se em pontos destinados ao abastecimento das populações interioranas, que habitavam vilas, arraiais e as áreas mineradoras, nas quais o atendimento ao público era tarefa

frequentemente executada por mulheres, proprietárias do estabelecimento, ou escravas que trabalhavam para seu senhor. Havia vendas fixas ou volantes e, além delas, as mulheres pobres eram também responsáveis pela distribuição de gêneros de consumo imediato — as chamadas “negras de tabuleiro”.

Esse comércio variado sempre representou motivo de preocupação para as autoridades. As vendedeiras e negras de tabuleiro eram frequentemente acusadas por desordem, acatamento de infratores, vadiagem, contrabando de ouro e pedras preciosas, prostituição e ligação com os quilombos. Embora as punições não se pudessem processar indiscriminadamente, pelo serviço que prestavam as vendas, no atendimento ao

*As vendas no período colonial eram locais de reunião entre elementos de diferentes camadas sociais. Pintura de Rugendas.*

consumo e sua presença na arrecadação fiscal, elas eram muitas vezes alvo de repressão. Há no livro de Luciano Figueiredo muitos exemplos de transgressões por parte de vendedeiras e negras de tabuleiro que resultavam em severas punições. De que essas mulheres eram acusadas? Quase sempre de acobertadoras de encontros furtivos, relações ilícitas, abrigo de festas suspeitas, batucos, bebedeiras de mestiços e escravos. Eram muitas as vendedeiras e estalajadeiras que forneciam pousada a homens, procurando “alcofivar mulheres para parceiros”. Para o autor, a grande presença de prostitutas nas Minas Gerais nesse período decorria da própria formação social itinerante, do alto número de homens solteiros ou sem família, e da carência de mulheres brancas. A persistente tarefa de buscar outro atreia bandos de mulheres que seguíam os mineradores, vagando por vilas e arraiais. Atrás, quase sempre, ficava um número cada vez maior de mulheres abandonadas pelos maridos.

O autor busca em sua análise uma tipologia da prática da prostituição que ia da “alcofiteira simples” à prostituição ativa dos prostíbulo, passando por mulheres que tinham o hábito de “dar casa de alcouce”. Pela leitura da farta documentação apresentada, concluímos que, nesse momento, em Minas Gerais, não havia espaços específicos para prostíbulo e

nem a prostituição constituía-se uma atividade profissional exclusiva. Antes, representava uma complementação de rendimentos para as mulheres pobres, cujos estabelecimentos transformavam eventualmente os prostíbulo como atividade complementar ao pequeno comércio.

Ao longo do trabalho, o autor mostra que, em muitos casos, a prostituição chegou a tornar-se o meio fundamental para complementar ou perlar integralmente as necessidades materiais de muitas famílias pobres da população mineira. Esposas, filhas, enteadas, irmãs e cunhadas, através do meretrício, garantiam o sustento para o restante dos familiares. Chama a atenção para a prostituição de escravas, dissimulada às vezes em atividades ligadas ao pequeno comércio. Como não ganhavam o suficiente para pagar o jornal fixado pelo senhor, as escravas estendiam ao corpo os limites da exploração da sua força de trabalho.

Com análises penetrantes e abalizadas, o autor de *O avesso da memória* trata ainda de questões como o concubinato e a vida familiar, o lazer e o divertimento das mulheres pobres, apresentando-nos uma sociedade mineira desigual e pobre, com grande presença de mulheres, especialmente escravas, que buscavam ante os poderosos suas próprias estratégias de sobrevivência.

■ *Maria José de Souza Andrade é professora de História do Brasil e de História da Bahia na FFCH-UFBA.*

## RACISMO

### Paraíso desmascarado

JEFFERSON BACELAR

Muito em breve, Ana Célia da Silva, com o seu trabalho *A discriminação do negro no livro didático no Brasil* para ser publicado ainda este ano pelo Centro de Estudos Afro-Orientais, Centro Editorial e Didático da UFBA e Editora Lanamã) oferecerá um expressivo diagnóstico da forma como tem sido passada para as crianças e jovens brasileiros a questão

Acadêmica séria, com publicações de alto nível em torno do assunto em pauta (*Freconscito Racial em Portugal e Brasil-Colônia* e *O anti-semitismo na era Vargas*, ambos publicados pela Brasiliense), preocupada com os jovens e o retorno das idéias e práticas racistas neste final de século, resolve investir no desmascaramento da trajetória do nosso “paraíso racial”.

Inicialmente, demonstra como no Brasil-Colônia o europeu não soube entender o outro, o desconhecido. Criou o índio indolente, o negro inferior e o “cristão-novo”, persistindo até os fins do século XVIII um racismo de fundamentação teológica. No século XIX, a par do desenvolvimento da ciência e do progresso tecnológico do Ocidente, vinga o colonialismo e imperialismo, as atitudes intolerantes e os movimentos discriminatórios contra estrangeiros e indivíduos de raças consideradas inferiores.

Surgem os teóricos do racismo, com o evolucionismo social, o anis-

#### O Racismo na História do Brasil,

de Maria Luiza Tucci Carneiro, São Paulo, Editora Ática, 1994, 71 Págs.

racial, no que tange à presença do negro como um componente da nossa identidade nacional. Triste e lamentável será o quadro exposto, pela preponderância do despreparo (quando não absoluta ignorância) e marcante preconceito racial na produção editorial, que termina sendo assinalada pelos professores do 1º e 2º graus e pior, inoculada na mente das primeiras gerações do nosso país.

Portanto, em boa hora chega o livro de Maria Luiza Tucci Carneiro, *O Racismo na História do Brasil* (Editora Ática, 1994), dirigido ao ensino do 2º grau.